



Recebido em 23/03/2021

Aceito em 11/06/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.37050

## DOSSIÊ

# Espionagem e investigação em tempos de Ditadura: a caça aos integrantes do CIMI-Sul

Espionage and investigation in times of dictatorship:  
the hunt for members of CIMI-Sul

*Eder Augusto Gurski*

Doutorando em História na UFSC

orcid.org/0000-0003-0554-2469

[ederaugus@hotmail.com](mailto:ederaugus@hotmail.com)

**RESUMO:** Entre o final do ano de 1977 e o mês de janeiro de 1978 foi realizada a primeira retomada de Terras Indígenas no Brasil, realizada na terra Rio das Cobras, no Estado do Paraná. Foi o estopim para uma onda de retomadas que se seguiram por todos os Estados do Sul e pelo Brasil. Vistos como uma ameaça, o Serviço Nacional de Informações (SNI) decidiu então interceptar esses movimentos, além de uma forte repressão sofridas pelas lideranças e os povos indígenas, os militares investiram fortemente na espionagem e investigações das pessoas que estavam apoiando as articulações. Entre os principais investigados, estavam as pessoas ligadas ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Assim, a discussão visa analisar a perseguição sofrida pelos integrantes do CIMI-Sul, acusado de influenciarem a organização para retomada da Terra Indígena Rio das Cobras. Como fontes, utiliza-se documentação vinculada ao SNI, também fichas do Departamento de Ordem Política e Social, e publicações do CIMI-Sul.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura. Espionagem. Indigenismo.

**ABSTRACT:** Between the end of 1977 and the month of January 1978, the first resumption of Indigenous Lands in Brazil took place in the land of Rio das Cobras, in the State of Paraná. It was the trigger for a wave of repossessing that followed throughout the southern states and Brazil. Seen as a threat, the SNI then decided to intercept these movements, in addition to the strong repression suffered by the leaders and indigenous peoples, the military invested heavily in espionage and investigations of the people who were supporting the articulations. Among the main investigated persons were those linked to the Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Thus, the discussion aims to analyze the persecution suffered by the members of CIMI-Sul, accused of influencing the organization to retake the Rio das Cobras Indigenous Land. As sources is used a documentation related to the SNI is used, as well as records from the Departamento de Ordem Política e Social, and publications from CIMI-Sul.

**KEYWORDS:** Dictatorship. Espionage. Indigenism.

## Introdução

A discussão toma como base o movimento de articulação para retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, no Estado do Paraná; movimento que ocorreu entre o mês de dezembro de 1977 e janeiro de 1978, sendo a primeira de uma série de retomadas de

Terra Indígenas pelo Brasil, culminando na formação de um movimento indígena de alcance nacional e na conquista do capítulo 231 da Constituição Federal Brasileira Brasil de 1988. A terra indígena Rio das Cobras é território Kaingang e Guarani e, por muitos anos, foi colocada nos interesses de colonização e exploração dos recursos naturais. Esses interesses levaram a um processo longo de roubo das terras indígenas, vendidas, griladas e exploradas às vistas grossas de funcionários dos órgãos indigenistas do Estado, tanto na administração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) quanto em sua sucessora, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

No final do ano de 1977 a Terra Indígena Rio das Cobras tinha 94% da área invadida por não indígenas, entre eles pequenos agricultores, madeireiras e fazendeiros. Mesmo tendo sua terra quase invadida por completo, os Kaingang e Guarani organizaram um movimento de expulsão dos posseiros. Esse processo de retomada foi complexo e articulado entre lideranças indígenas de diferentes lugares do Sul do Brasil, como Nelson Xangrê de Nonoai e Ângelo Kretã de Mangueirinha. Em Rio das Cobras estavam à frente a liderança Kaingang Argemiro Fernandes e a liderança Guarani Valdomiro Pires de Lima. Os povos indígenas foram protagonistas das suas lutas e conquistas, tiveram também como suporte as ligações com apoiadores, que eram vistas como fundamentais para as lideranças, pois dava suporte de divulgação das demandas. Entre os apoiadores, estavam as pessoas ligadas ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Esses, por sua vez, foram colocados na mira do serviço de espionagem dos militares, pensando serem eles os responsáveis por agitar o movimento de retomada da Terra Indígena Rio das Cobras.

O órgão indigenista da Igreja Católica, ligado à Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), surgiu, no ano de 1972, como um dos meios de articulação e fortalecimento dos povos durante a ditadura militar, em cenário de restrições das vertentes ortodoxas da Igreja Católica, que apoiavam o golpe. Ao compreender suas ações, é possível analisar as diferentes formas de atuação que ocorriam nas bases das retomadas das terras indígenas durante o final dos anos 1970 e 1980, nos estados do Sul do Brasil. Entendo-o como a instituição que possibilitou a formação de uma malha de apoiadores que envolviam veículos da imprensa, advogados, antropólogos, missionários, indígenas e outros tantos agentes que fizeram parte das articulações contra as invasões das terras.

O CIMI foi quem promoveu as primeiras Assembleias de Lideranças Indígenas iniciadas em 1974, fundamentais na formação do Movimento Indígena, como aponta Danielle Bastos Lopes (2011), e deu suporte para a articulação das demandas dos grupos. Além disso, teria sido parte ativa na formulação da luta coletiva contra as determinações da política indigenista oficial. Como já destacado também por Poliene Bicalho (2010), as Assembleias de Lideranças Indígenas serviram como espaço de diálogo e instrumentalização política, onde as demandas eram não apenas colocadas em pauta, mas discutidas em termos práticos de ações a serem tomadas, tanto recorrendo a esferas jurídico/políticas quanto fazendo as retomadas e expulsando os invasores. Para compreender melhor esse contexto é preciso, ainda que brevemente, recorrer às bases de formação dessas ideias e posicionamentos que pairavam sobre as práticas do Conselho Indigenista Missionário.

Segundo Paulo Suess (1989), as linhas principais do CIMI foram sendo pensadas após sacerdotes como Egydio Schwade, Iasi Júnior, Adalberto Holanda Pereira, Dom Luciano Mendes de Almeida, Tomás Balduino, padre José Vicente Cézár, Casimiro Beksta, Ir. Silvia Wewering e Ângelo Jayme Venturelli, começarem a questionar as práticas que a Igreja Católica vinha desenvolvendo com as populações indígenas. As práticas exercidas pela Igreja até então estavam condicionadas à conversão dos povos, com as bases da Teologia da Libertação, começaram a pregar uma conduta que deveria ser desenvolvida através da cultura e das formas de pensar dos diferentes povos.

Esses ideais revolucionários se somavam a outros movimentos sociais que eclodiram no Brasil neste momento. O quadro político da década de 1970 e 1980 foi palco de levantes de diversos grupos sociais, coletivos que estavam contra as ideias e interesses impostos pela ditadura militar brasileira. Além disso, a Teologia da Libertação possibilitou ligações da Igreja com vários desses movimentos, como o Movimento Sem Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e muitos outros movimentos de luta social da cidade e do campo (FERREIRA DA SILVA, 2006)

Um das principais linhas de luta do CIMI era a demarcação das terras indígenas. Atacando a grande acumulação, posicionavam-se em favor da manutenção dos territórios e dos modos de vida das comunidades. A concepção que se tinha era de que só com a manutenção e a garantia do direito à posse territorial é que os povos indígenas poderiam sobreviver física e culturalmente. A preocupação principal era com relação a transformação dos territórios indígenas em mercadorias: “A terra já não é um meio de trabalho, mas apenas uma mercadoria. Essa concepção é uma agressão ao universo cultural do índio. Os índios tem uma relação com a terra baseada na satisfação das necessidades da vida da comunidade, e não na busca do lucro.” (CIMI-SUL, 1976, p-p. 32-33). Com esses ideais, à frente das atuações, os missionários e leigos ligados ao CIMI estiveram não à frente das articulações indígenas, mas apoiando os povos em suas lutas e organização. Especificamente a regional Sul do CIMI foi resultado da ampliação dos trabalhos do órgão durante os anos 1970.

Importante destacar, também, que o contexto da política indigenista dos anos 1978 pressionava as terras indígenas com o projeto de emancipação. Projeto que foi duramente combatido pela rede de apoiadores dos povos indígenas, e que trazia como objetivo principal emancipar os indígena para reduzir suas terras em pequenas propriedade rurais, já que uma vez emancipado não dependiam de terras coletivas na visão do Governo. Além do CIMI outros agentes também se posicionaram contrários ao projeto, entre eles a atuação dos antropólogos foi também fundamental, principalmente através das publicações da Comissão Pró-Índio-SP. Falando especificamente do caso dos povos indígenas no Sul do Brasil a manifestação do Antropólogo Silvio Coelho dos Santos é um exemplo desse posicionamento, publicado na primeira edição dos Cadernos da Comissão Pró-Índio, via a proposta como um ataque direto à posse territorial e ao futuro dos povos atingidos (COELHO DOS SANTOS, 1979, p-p. 51-53). Essa edição dos cadernos é inteiramente voltada para a questão do emancipação, traz como ponto central a discussão sobre a tentativa de reduzir as terras e transformar as terras indígenas em pequenas propriedades rurais autônomas. Esse contexto deixa evidente que os planos

do Estado Nacional eram de acabar com as terras coletivas em uma tentativa de fazer com que as pessoas passassem a produção agrícola e aos poucos fossem assimilados pela lógica de produção capitalista.

### **Na Terra das Araucárias: A Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário**

Com a necessidade de estender as ações indigenistas por todo território brasileiro, o então secretário executivo do CIMI Egydio Schwaden, no ano de 1974, iniciou os trabalhos para a criação de regionais em áreas de conflito entre indígenas e não indígenas. Para isso, e com o objetivo de instrumentalizar os missionários, foram realizadas reuniões em Meruri (MT), São Gabriel da Cachoeira (AM), Miracema do Norte (TO) e Palmas (PR) (BRIGHENTI, 2012)

A Igreja Católica, que correspondia às Dioceses do Sul do país, começa a pensar ações indigenistas a partir do ano de 1974. Até então as atividades eram feitas separadamente e não tinha um conjunto de ações que fossem coordenadas em uma linha de pensamento e prática. Depois do Encontro Regional de Missionários, realizado em Palmas, no Paraná, entre os dias 15 e 17 de outubro do ano de 1974, começou-se a desenhar o que viria a ser a Regional Sul do CIMI. Nessa reunião foram definidas as linhas de atuação e as atividades que envolveriam os três estados do Sul e também São Paulo. Ficou acordado que o principal era reunir o máximo possível de informações acerca da situação de opressão que os povos indígenas estavam enfrentando, para, assim, traçar um plano de ação regional. Segundo Clovis Antonio Brighenti (2012), no ano de 1975 Egydio Schwaden, convidou Egon Dionísio Heck, que fazia parte da Operação Anchieta (OPAN), para assumir a Regional Sul, construída em Xanxerê-SC.

A atuação indigenista da Regional Sul contava com alguns agentes com maior destaque. Além de Egydio Schwaden e Egon Dionísio Heck, os bispos Dom José Gomes (SC), Dom Bruno Maldaner de Frederico Westphalen (RS), Dom Agostinho Sartori de Palmas (PR), Natalício Jose Weschenfelder (PR) e Lothário Thiel. Em um primeiro momento, o CIMI-Sul funcionava com um representante de cada Estado, contudo, as demandas obrigaram uma centralização maior das atividades. Como aborda Clovis Antonio Brighenti em sua tese, a regional Sul concentrara-se na Diocese de Chapecó, principalmente nas figuras do bispo Dom José Gomes, que esteve muitos anos à frente do órgão e que atuou junto aos Kaingang. Egon Dionísio e Heck e Lothário Thiel recém ordenados padres foram os primeiros a serem designados pelo secretário do CIMI, Egydio Schwaden a tomar os rumos da regional. Além desses membros do clero, destacam-se também leigos ligados aos movimentos sociais de base como Juracilda Veiga e Wilmar D' Angelis, que tiveram maior atuação nas práticas indigenistas do órgão depois dos anos 1976.

O ano de 1975 foi marcado por tentativas de concentrar as demandas, depois do Encontro de Palmas, Egon Dionísio Heck e Egydio Schwaden visitaram muitas comunidades indígenas entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Era um ano fundamental para as atividades da Regional Sul de fortalecer as Dioceses e manter contato com os vigários a ponto de criar uma rede de informações e ações. Em diferentes Postos Indígenas já existia a atuação de alguns religiosos, mas esses não tinham contato

com as linhas de pensamento do CIMI. O ano de 1975 foi, assim, o ano em que o esforço estava em criar a solidariedade entre os padres e missionários do Sul na causa indígena. De certa forma, esse intuito teve resultados rápidos, mesmo com uma equipe reduzida, conseguiu se estabelecer como uma das principais táticas contra as invasões de terras.

Como chama a atenção o documento “Reflexão sobre a atividade missionária indigenista no sul do Brasil”, reafirmavam seu compromisso com as determinações gerais do órgão: “[...] ajudar a despertar para o reavivamento de sua cultura e de sua memória histórica, procurando ler a sua história a partir do seu ponto de vista (de massacrados, explorados, dominados) e não mais do ponto de vista da sociedade que os reduziu a esta situação.”(CIMI-SUL, 1978 p. 12), ou seja, diziam perceber em suas ações indigenistas a aplicação prática do evangelho na tentativa de valorizar a cultura e a memória indígena durante a inserção junto aos povos, compreendendo suas situações através dos parâmetros culturais e históricos que os cercavam.

Entre as principais atividades na função de fortalecer os laços estavam os encontros e assembleias nacionais e regionais, desenvolvidas inicialmente para que os missionários se instrumentalizassem na prática indigenista. Depois de cada encontro, os membros do CIMI publicavam um documento que era enviado para a imprensa liberal, publicado na imprensa das regionais e disseminado entre as paróquias.

Depois do primeiro encontro realizado entre lideranças indígenas no Sul, os bispos entregaram à comissão, que iria até Brasília falar com o presidente da FUNAI, um documento com o título “Documento que os Bispos do Sul escreveram e deram pra nois entrega para o Presidente da FUNAI: em defesa do índio do Sul”. O documento de 22 de outubro de 1975 foi assinado, depois da reunião em Frederico Westphalen, por três bispos, dom Bruno Maldaner, bispo de Frederico Westphalen, Dom José Gomes, bispo de Chapecó, Dom Agostinho e José Sartori, bispo de Palmas. Se manifestaram da seguinte forma:

Nós, Bispos, Missionários das Dioceses de Frederico Westphalen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas Kaingang, Terena, xavante e Bororo com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os Estados do Sul, tomamos conhecimento mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios, dessa área. Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram, está na terra, porque sem esta, nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente. Cristãos que somos, solidários, portanto com todos os que sofrem, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto do Índio (CIMI-SUL, 1976, p. 4).

Em 1976 foi realizada a II Assembleia do CIMI, em Curitiba, do qual participaram também 6 Kaingang, dois de cada um dos 3 Estados do Sul. Os bispos publicaram outro documento no qual manifestavam apoio novamente às lutas de indígenas e agricultores pobres responsabilizando o INCRA e a FUNAI pela omissão dos casos. Além do bispo Dom José Gomes de Chapecó, também assinaram o documento o padre Natalício Jose Weschenfelder do Paraná, Egon Dionísio Heck, padre Geraldo Eugênio de São Paulo e padre Hélio Welter do Rio Grande do Sul. Representando as pastorais indígenas dos estados do Sul, reivindicavam:

Voltamos a apelar às autoridades do INCRA e da FUNAI, no sentido de cumprir imediatamente as suas promessas aos colonos e índios que vivem angustiados e desejosos de sair dessa situação. Aos colonos, no sentido de reassentamento definitivo em outras áreas. Aos índios, no sentido de reintegração e de posse plena das terras que, tradicionalmente, lhes pertencem. (CIMI-SUL, 1976, p. 4)

As publicações que saíam das assembleias e reuniões tinham um direcionamento específico de pressão à FUNAI, o CIMI utilizava dos encontros para fortalecer as táticas de enfrentamento, e os documentos eram sempre publicados na imprensa interna e liberal. Eram ferramentas que serviam para a construção de uma rede de informações, mas também se faziam presentes como instrumentos de luta real dentro das disputas da política indigenista da ditadura militar. Era nas trocas de informações das publicações do próprio órgão, e por cartas trancadas entre a malha de apoiadores, que se driblavam a censura e a investigação dos militares.

Com essas características os encontros se faziam espaços essenciais das construções e das lutas em um contexto de extrema repressão. A FUNAI exercia uma prática de cerceamento e vigia, não havia como sair das terras indígenas sem a autorização do Chefe de Posto. Em função de desestabilizar a articulação do CIMI, proibiu qualquer ligação desses agentes com as populações indígenas. Por conta disso, as lideranças tinham que sair escondidas das vistas dos Chefes de Posto para participarem dos encontros junto aos missionários, correndo o risco de serem pegos e levados ao cárcere pelos Chefes. O SNI, por sua vez, colocou todas as pessoas que tinham ligação com CIMI nas investigações. Os documentos gerados pelas investigações, auxiliam a pensar como e quem foram as pessoas envolvidas, desvenda também, informações importantes sobre a posição do Estado e a malha de espionagem posta no momento.

## **Ditadura Militar, SNI e a Perseguição aos Missionários do CIMI**

Com a extinção do Serviço de Proteção aos índios (SPI), por inúmeras denúncias de crimes cometidas contra os povos indígenas foi criada Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através da Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967. Junto com a nova instituição, o Governo Militar também assegurou que o controle das terras e das populações fosse feito de maneira mais intensa, para isso, a repressão funcionava como forma de barrar as articulações contrárias ao andamento do projeto de governo dos militares.

A institucionalização da FUNAI continuou representando o poder colonial empregado pelo Estado, com consequências tão graves no período militar quanto as ocorridas em tempos de SPI. Os anos entre 1964 e 1985 foram, para as populações indígenas, um período de muita luta e resistência ao projeto implementado, muitas lideranças e comunidades inteiras morreram decorrente das práticas do Governo Militar. A censura aos meios de comunicação e a repressão sobre pessoas envolvidas nas lutas sociais foi fato corrente durante os anos de ditadura.

Além das questões envolvendo a censura e a repressão, o governo investiu fortemente em aparatos de controle e dominação que chegassem aos interiores do Brasil. As questões que envolveram as terras indígenas do Paraná foram motivo dessas

investigações. A possibilidade de conflitos armados e de retomadas de terras era uma preocupação do Estado naquele momento, na medida em que desestabilizava os planos de controle do território. A Terra Indígena Rio das Cobras, no interior do Estado do Paraná, havia virado o centro das atenções do governo local pelas intenções de utilizarem as terras para colonização e extração de madeira. A FUNAI mantinha vigilância constante sobre as terras indígenas e suas populações através das Delegacias Regionais e dos Chefes de Posto dentro das Terras Indígenas. Foi também um instrumento para manter o controle e a tutela sob o poder colonial do Estado.

Segundo Carlos Fico (2001, p. 93), para manter o controle, o Governo Militar contava com um sofisticado aparato de espionagem e informação, que apresentava informações sobre as Terras Indígenas e os perigos que envolviam as disputas territoriais. Conhecido como Sistema Nacional de Informações (SNI), esse órgão figurou como a estratégia básica envolvendo o Plano de Segurança Nacional do Governo Militar, produzindo fontes das quais lançou mão para compreender o contexto gerado em Rio das Cobras depois da extinção do SPI. Mas, primeiro, é preciso compreender alguns pontos gerais que envolviam a espionagem e a construção desses materiais.

O SNI foi criado no dia 13 de junho de 1964, causando certo desconforto em alguns políticos que temiam a instalação de um órgão com as características do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de Getúlio Vargas. O projeto foi criação do general Golbery do Couto e Silva, segundo Carlos Fico (2001), o general já estudava um órgão dessa forma desde os anos 1950. Entre 1968 e 1970, segundo Paulo Cezar Gomes (2013), a estrutura do SNI, pensada pelo então general Golbery, não contemplava os setores mais duros da repressão, por conta disso, o general Jayme Portella alargou as responsabilidades e a importância do SNI, quando reformulou o Conselho de Segurança Nacional, dando mais poder ao aparelho.

Para que as atividades de informação fossem implementadas com sucesso foi preciso que o SNI construísse uma equipe especializada em investigação. Quando assume o cargo de presidente, Carlos Alberto da Fontoura achou necessário que fossem formados grupos especializados, os chamados analistas. Por conta disso, o general enviou diversos oficiais para países europeus e para o Estados Unidos, buscando um aprofundamento de sua equipe. Quando retornaram ao Brasil, tornam-se instrutores na Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1971 pelo então general Ênio dos Santos Pinheiro. Subordinada ao SNI, se dedicava na formação de especialistas em investigação e espionagem. Poderiam ingressar tanto militares quanto civis, esses últimos acabaram se tornando a maioria. A tentativa do governo era criar uma agência de investigação civil, segundo Carlos Fico, nos moldes da agência de inteligência norte-americana CIA. Eram formadas cerca de 120 pessoas por ano, desses, 90 eram civis. Depois de formados, assumiam cargos em vários setores ligados a SNI. (GOMES, 2013).

A trama que foi sendo construída, legal e conceitualmente, como base para a chamada “comunidade de informações” (FICO, 2001, p. 93), era tecida por diversos órgãos, “[...]os ministérios integravam o Sistema Nacional de Informações (SNI) através das respectivas DSI, cujas atividades competia ao SNI superintender e coordenar, visando à produção de ‘Informações Nacionais’” (FICO, 2001, p. 79). Os documentos produzidos eram sigilosos e não tinham autoria definida. Formavam um complexo

esquema de relatórios analíticos e sistemáticos de informações contra pessoas envolvidas em alguma forma de prática considerada subversiva. Eram produto de uma equipe especializada de pessoas treinadas para elaborar uma malha de informações e contrainformações, transformando a espionagem na principal ferramenta do governo. Segundo Paulo César Gomes (GOMES, 2013, p. 253), a prática exercida por esses indivíduos era metódica, cuja função era criar a convicção de culpa nos agentes espionados. Basicamente, a inculpação era centralizada dentro da ideia de perseguição anticomunista.

Também para Carlos Fico, o SNI não era voltado somente à coleta de informações para dar base às determinações do governo militar, se caracterizava também como “[...] um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção” (FICO, 2001, p. 100). Para isso, a comunidade de informação, através de seu ímpeto anticomunista, criou técnicas para gerar culpados. Consistia, primeiramente, em lançar uma dúvida, às vezes um indício pormenorizado, quase insignificante da vida das pessoas, colocando-as como alvos do SNI.

Ainda segundo o historiador, criou-se uma ideia de utopia autoritária que guiava as práticas gerais do Estado brasileiro, durante a ditadura militar, em duas vertentes: uma de cunho saneador e outra de cunho pedagógico. A primeira tinha como principal interesse eliminar o mal do comunismo e da corrupção moral, para tanto, utilizavam principalmente da espionagem, da polícia política, da censura à imprensa e do julgamento daqueles pegos em corrupção. Era, sobretudo, para fazer com que a sociedade fosse pensada dentro de uma hegemonia de valores morais, e, para isso, se dava o esforço da propaganda política e da própria censura moral. Essas são as bases fundamentais da doutrina que pairava por todos os ambientes da comunidade de informações.

Geralmente, ocorriam excessos nessas formas de investigação, não é raro que muitos agentes fossem considerados dentro da pecha de comunistas, esquerdistas e subversivos por ter o mínimo contato que fosse com pessoas ou instituições que estivessem sendo investigadas. A espionagem estava embrenhada em todos os ambientes do Estado brasileiro, pelos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis. Com base em Carlos Fico (2001, p. 100), o órgão central dos ministérios civis era a Divisão de Segurança e Informações (DSI). Em todos os órgãos públicos importantes existia uma Assessoria Especial de Segurança (ASI,) também conhecida como Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), ou seja, cada ministério tinha uma DSI e diversas ASI.

No caso da FUNAI, a criação de uma ASI foi imprescindível, por ser entendido como um dos principais órgãos do Estado nesse momento, e ter papel estratégico nos planos de Segurança Nacional. O sistema de espionagem tinha uma função específica dentro da FUNAI, produzindo material para o Plano Setorial de Informações do Ministérios do Interior (PSI/MINTER). É desta ASI, instaurada dentro da FUNAI, que o SNI produziu muitas das informações sobre o movimento de retomada da Terra Indígena de Rio das Cobras e das pessoas que foram acusadas pela organização.



O Governo Militar gerou diversos documentos, através de seus órgãos de investigação e espionagem, tentando compreender e solucionar as questões que se desenrolaram em Rio das Cobras, no interior do Estado do Paraná. Uma vez que o local já havia sido palco de inúmeros conflitos, era importante para o Estado assegurar que não tivessem mais problemas com relação às terras, por conta disso, e temendo a revolta indígena, faz um trabalho de espionagem buscando as principais informações e os agentes envolvidos nos atritos que vinham ocorrendo, e que poderiam se agravar.

Esses documentos, além de trazer diversas informações acerca do contexto geral que se apresentava, apontam para alguns personagens que, de alguma forma, estiveram envolvidos no movimento de retomada que ocorreu na Terra Indígena Rio das Cobras, entre dezembro de 1977 e fevereiro de 1978. Os órgãos de informação conduziram as investigações para agentes específicos, e colocaram como principais culpados da articulação indígena os membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), especificamente aqueles ligados a Regional Sul do órgão.

### **Na mira da Espionagem e da Repressão**

Muitos membros da Igreja Católica, de diferentes vertentes, foram perseguidos pelo Regime Militar e proibidos de atuar. No início do Governo dos Militares a Igreja Católica, e a própria CNBB, tentaram uma aproximação, já que foram um dos apoiadores do Golpe Militar de 1964. Contudo, em pouco tempo alguns membros do clero começaram a sentir a pressão da repressão. O autoritarismo empregado descartava a possibilidade de que setores considerados progressistas influenciassem nas tomadas de decisão do novo Governo. Como as questões indígenas estavam em um momento delicado, com vários conflitos e escândalos de corrupção e assassinato, o Estado preferiu afastar todas as formas de prática indigenista que não fossem a da própria FUNAI.

Com base nas considerações de Paulo César Gomes (2013), uma das características mais comuns nos interesses das comunidades de informações é que o clero sempre era enxergado como o agente manipulador das populações indígenas e rurais. Essas populações eram consideradas incapazes e, com as ações da ala progressista da Igreja, seriam influenciados contra a política indigenista do Estado. Como afirma o historiador: “Para a espionagem, esses grupos jamais seriam capazes desses atos de contestação sem interferência de ‘agitadores’, entre os quais sobressaíam os religiosos” (GOMES, 2013, p. 250). Seriam eles os culpados de encorajar as populações agrárias a ocupar as propriedades tidas como privadas.

Quando então estoura a retomada das terras em Rio das Cobras, entre dezembro de 1977 e janeiro de 1978, a FUNAI estava ciente de que as invasões de terras foram feitas através de negligências do próprio Estado e de seu funcionário. A comissão designada pelo Delegado Regional da FUNAI, José Carlos Alves, em dia 13 de janeiro de 1978, para averiguar os crimes cometidos pelo Chefe de Posto, constatou que os Guarani estariam fazendo um movimento para realizar a retirada forçada dos invasores. Para a comunidade de informação, era preciso achar os culpados pelas incitações feitas contra os posseiros e a articulação dos Guarani e Kaingang, para isso, foram acusados os integrantes do CIMI-SUL.

A FUNAI se colocava como quem terminou com os conflitos e instaurou a paz em Rio das Cobras, tomava como sua a decisão de retirar os invasores com as estratégias militares. Dizia o relatório: “A decisão da FUNAI, da retirada dos intrusos, contando com o apoio de Órgãos federais e estaduais, cortou o mal pela raiz, abortando os seus planos maquiavélicos de agitação” (SNI, 1978, p. 10). Foi montada uma operação para a retirada dos posseiros chamada Operação Laranjeiras, que envolveu forças da Polícia Federal e do Exército, para acompanhar as famílias que iam se retirando das terras indígenas. Essa operação, que contou com a presença do presidente da FUNAI, Ismarth de Oliveira Araújo, foi a justificativa criada para colocar as ações do Estado como protagonistas e apaziguadoras dos conflitos criados pelo CIMI.

Na avaliação do presidente consta que: “No dia 20 de Fev. o presidente da FUNAI manteve contato, em CASCAVEL, com o Gen Cmt do Gpt Frnt, que confirmou a existência de subversão na área. [...]” (SNI, 1978, p. 3). A subversão estava ligada a influência que teriam tido os indígenas por agentes externos, nas palavras de Ismarth de Oliveira Araújo: “[...] sobre os incidentes em RIO DAS COBRAS, focalizei que as agitações iriam aumentar em áreas indígenas, face à atuação da ala progressista do Conselho Indigenista Missionário-CIMI [...]” (FUNAI, 1978, p. 1). A avaliação do presidente ainda termina afirmando que todas as medidas estavam sendo tomadas para proibir e impedir os membros do CIMI: “A FUNAI está estudando uma fórmula para evitar agitação no Sul, frustrando mais uma vez as intenções do CIMI” (SNI, 1978, p. 4).

Todas as ações e pessoas consideradas subversivas foram investigadas pelos aparelhos repressivos do Governo Militar. Tiveram suas vidas expostas em uma malha investigativa de abrangência nacional e sigilosa. Muitas vezes os investigados nem sabiam que tinham seus passos vigiados pelos integrantes do Estado, outros eram sequestrados, interrogados e torturados. Entre os missionários e leigos ligados ao CIMI, e que foram colocados como responsáveis pelo que estava ocorrendo em Rio das Cobras, estavam o Pe. Natalício José Weschemselter de Palmas, Pe. Egon Dionísio Heck, Pe. Gabriel Domingos Wisncewsky, Wagner Rocha D’Angelis, Wilmar Rocha D’Angelis de Chapecó e o Padre Francisco Sozzi de Nova Laranjeiras. Além destes citados, Juracilda Veiga também foi uma das pessoas ligadas ao CIMI-Sul que foram afetadas diretamente pelo sistema repressivo do Regime Militar. No documento, consta a seguinte observação:

Esses elementos, atuaram tanto junto aos posseiros, como junto aos Índios, jogando-os uns contra os outros, procurando criar uma situação de conflito, o que conseguiram. Com a presença de observadores do Exército e de tropa da Polícia Militar, sumiram da área, concentrando-se em Xapecó. (SNI, 1978, p. 10)

Como consta no documento, os investigadores do SNI acreditavam que as ações aplicadas pelo CIMI-Sul colocavam em risco os planos de colonização e criavam uma instabilidade política. A dicotomia que hoje vocifera na boca de alguns, e que gera, em vários momentos, atos de ódio e violência, também figurava nas mentes e planos dos militares e da sociedade brasileira da década de 1970. Depois da queda de Jango, o Brasil estava em uma composição de forte repressão a todas as ideias progressistas e consideradas aliadas à esquerda. As estratégias militares foram de profunda investigação e vigilância das pessoas ligadas ao CIMI, por, de alguma forma, acreditarem que estariam contra o Governo.

Existia uma tentativa de representá-los como subversivos e contrários. Nas fichas individuais do DOPS, contidas no Arquivo Público do Paraná, foi possível encontrar alguns dos membros citados no documento expedido pelo SNI. O padre Natalício Weschenfelder foi investigado de 19/08/1976 à 31/10/1979, e as principais denúncias envolvem a participação do padre na Pastoral Indígena no Paraná, no Conselho Indigenista Missionário-Sul e na Pastoral Rural. O documento salienta a preocupação que se tinha com o sacerdote, classificando-o, no dia 09/09/1977, como “[...] um esquerdista atuante e perigoso” (DOPS, 1977).

Essas atribuições de categorias trazem com elas cargas de significados potencialmente poderosos, tanto em relação às formas de liberdades como de controle e violência. Sendo colocadas em seus respectivos contextos e tempos, é possível conceber as formas e as potências que envolvem essas disputas. Neste caso, ser considerado um esquerdista perigoso, era não apenas ser taxado de subversivo e contrário ao Estado, era ser considerado um inimigo que precisa estar contido e controlado.

O Padre Gabriel Domingos Wisniewski também é outro dos agentes que foi investigado pelo DOPS. Acompanhado desde 06/09/1977, as primeiras informações do documento já demonstram a preocupação com as ações que ele poderia tomar, destacando que “[...] o fichado pertence a Igreja Progressista no Paraná. Vem fazendo incursões pelo progressismo. É de caráter dubio e provavelmente logo estará totalmente envolvido por essa corrente política da Igreja” (DOPS, 1977). Padre Natalício Weschenfelder e Padre Gabriel Domingos Wisniewski, entretanto, não tiveram atuação direta em Rio das Cobras, foram fichados e acusados através de suas manifestações de apoio em documentos enviados para o Governo, pela participação nas reuniões e através de práticas indigenistas realizadas em suas Dioceses, as quais motivaram a luta por terras. Para a comunidade de informações, qualquer que fosse a ligação era passível de influência e subversão, pois viam a malha de apoio construída pelo CIMI como de fundamental tática de resistência e organização.

A Diocese de Chapecó também foi procurada diversas vezes pelos representantes do Estado. Dom José Gomes era uma das figuras mais combatentes politicamente, estava sempre falando na imprensa e denunciando, foi alvo do SNI e da polícia diversas vezes. Com destaque, no caso aqui analisado, para atuação de Egon Dionísio Heck, que foi um dos alvos principais dos agentes de investigação do Estado. Sua ficha no DOPS é datada de 13/09/1977 e as principais denúncias feitas são por conta do seu cargo de coordenador do CIMI-Sul. Egon foi perseguido por onde passava, e foi colocado a prêmio pelos órgãos de repressão.

Na documentação da comunidade de informações, consta que “[...] foi determinado, pela Presidente da FUNAI, aos Postos Indígenas do Estado do Pará, que fosse localizado o Pe. EGON DIONÍSIO HECK, com a finalidade de impedir o contato daquele Sacerdote com os indígenas do Estado do Pará” (SNI, 1978, p. 8). Em suas viagens de campo, sempre estava se deslocando com cautela, e deixando menos sinais possíveis de seu paradeiro. Era necessário que não fosse criado alarde, por conta disso, em suas visitas tentava ser objetivo, levantando informações e instruindo os padres e vigários nas paróquias.

Ainda seguindo a lista de investigados, Wagner da Rocha D'Angelis e Wilmar da Rocha D'Angelis são os dois leigos citados nos relatórios de informações do SNI sobre Rio das Cobras. O documento do SNI, do dia 17 de fevereiro de 1978, trazia como assunto Movimento Indígena em Rio das Cobras. Encaminhado pela agência de Porto Alegre-RS, alertava para as ligações entre Wilmar da Rocha D'Angelis, o Cacique Xangrê de Nonoai e o Padre Francisco Sozzi, de Laranjeiras do Sul. As informações, por sua vez, eram hierarquizadas pelos membros das comunidades de informações e recebiam classificações baseadas em seu grau de fidelidade, que ia de A a Z. Já o conteúdo era classificado por numerais de 1 a 6. A mais alta nota de veracidade e importância de uma informação era classificada como A1. (GOMES, 2013). As informações sobre o movimento indígena em Rio das Cobras foi avaliada com nota B2.

As ligações feitas pela comunidade de informações seguiam suas ideias de que o CIMI estava trabalhando para instrumentalizar algumas lideranças, com o intuito de se voltarem contra os invasores. O receio era de que as lutas de retomada se espalhassem por outras terras. O presidente da FUNAI, Ismarth de Oliveira Araújo, em sua avaliação feita em documento do SNI, expõe também a preocupação com relação ao deslocamento de indígenas para as reuniões de lideranças. Continua dizendo:

O CIMI, usando o índio como instrumento, está planejando uma reunião de todos os líderes indígenas do BRASIL, em SÃO MARCOS, no dia 15.05.78. Oficialmente, o CIMI não aparece. É um dos próprios líderes indígenas que assina o convite, já distribuído desde fevereiro. Ao que parece, não está descartada a possibilidade de, nessa reunião, ser tentada a criação da Federação Indígena, um dos objetivos do CIMI. (FUNAI, 1978, p. 1).

O medo de ser criada uma Federação Indígena, como se refere o presidente, fez com que a articulação e envolvimento de lideranças indígenas, com representatividade nacional, fosse duramente interceptada pelos órgãos de repressão. Por conta disso, o SNI enviava espões infiltrados para as reuniões do CIMI e nas Assembleias de Lideranças Indígenas. Sobre esse assunto, Wilmar da Rocha D'Angelis afirma que existia um cuidado com a repressão na realização das assembleias regionais, conta como a investigação ligada ao governo fazia para infiltrar as reuniões do CIMI, inclusive com credenciais da imprensa paranaense. Segundo Wilmar:

Quando a gente fazia assembleias regionais do CIMI, a gente fez várias em Curitiba, a primeira que eu participei como membro do CIMI. Antes eu fui em uma pra assistir, teve todo um cuidado, o pessoal justamente cuidava com a repressão, mas cuidava mais ou menos. Aí quando a gente fez a primeira. Aquela primeira que eu participei deve ter sido março, abril de 77. E ela então foi como convidada como jornalista e tal e o que acontecia era, e pode escrever isso com todas as letras, ia um cara com uma credencial da Gazeta do Povo e fotografava toda a plateia, era um serviço pra repressão pro DOPS, com credencial da imprensa do Paraná da Gazeta do Povo. Aí ficavam de identificar quem estava lá, deveria ser tudo gente da oposição. (D'ANGELIS, 2020).

É importante notar o destaque que Wilmar da Rocha D'Angelis coloca na questão de que a espionagem era feita por indivíduos ligados à imprensa paranaense Gazeta do Povo. As tramas do SNI se faziam presentes na prática investigativa de diversos agentes infiltrados nos mais variados setores da sociedade. As fotografias tiradas serviam de

artifício de prova da presença dos acusados, assim, qualquer pessoa que estivesse nos encontros poderia ser fichada e investigada.

Por sua vez, padre Francisco Sozzi, ou Padre Chico, como aparece nas fontes, era um padre de nacionalidade Italiana da ordem dos Xaverianos, sendo vigário na paróquia de Nova Laranjeiras. Sendo assim, o sacerdote tinha conhecimento dos conflitos que estavam ocorrendo e das invasões que se alastravam por toda terra delimitada para os Kaingang e Guarani. Por conta de seu posicionamento em favor da população indígena, também se tornou um dos alvos. Por ser de nacionalidade italiana, as atenções podem ter sido voltadas para ele de maneira mais cuidadosa, uma vez que o SNI considerava os estrangeiros óbices os que mereciam mais atenção, pois poderiam ter ligações diretas com partidos políticos comunistas de fora do país, fortalecendo as ações subversivas no Brasil.

No arquivo do CIMI, em Luziânia-GO, encontrei cartas trocadas entre o Padre Francisco Sozzi e a Regional Sul. As informações prestadas pelo missionário auxiliam a compreensão quanto as relações conflitivas e as tensões que estavam postas. É possível observar, na série de cartas, que as denúncias e matérias sobre os antecedentes da retomada, que saíram na imprensa interna ou liberal e também nas documentações do SNI, foram informações que partiram de integrantes do próprio órgão. Essa ligação, entre Padre Chico e o CIMI-Sul, exemplifica como eram feitas as ligações para o fortalecimento das lutas em favor dos povos indígenas.

O Padre Francisco Sozzi começa a ter maior contato com o CIMI depois de 1975, e teve influência direta nas informações e em algumas das ações ocorridas em Rio das Cobras. Mesmo com os trabalhos precários e ainda limitados, atuava em conformidade com as linhas de pensamento e práticas do órgão indigenista missionário. As correspondências eram trocadas entre ele e os integrantes do CIMI Egon Dionísio Heck e Wilmar da Rocha D'Angelis. Os dois missionários, que formavam a Equipe Volante, sabiam da importância de se manter em contato com as pessoas que estavam na base das articulações para organizar as ações da equipe de campo.

A comunidade de informações estava investigando o Padre Chico de perto. Em uma reunião do CIMI, ocorrida em Chapecó, onde o padre teria participado e relatado as questões envolvendo a disputa de terra, havia um agente infiltrado do SNI, as informações de que o padre tinha grande influência no movimento em Rio das Cobras, chegaram rapidamente para a Agência Central do órgão. Em documento do SNI de 24 de fevereiro de 1978, a respeito da situação da reserva indígena, a agência recebeu de Cascavel/PR o seguinte telex: “Situação reserva permanece calma. Padre ativista Francisco Sozzi, Paróquia São João Batista, Nova Laranjeira, que compareceu reunião Chapecó, retornou área. Referido padre afirma ter grande influência General Ismarth. [...] Assinado: Dr. Ricardo” (SNI-TELEX, 1978). O telex, enviado por Dr. Ricardo de Cascavel/PR, um dos informantes do órgão de espionagem, ao dar a informação de que o padre tinha grande influência, o coloca como um dos principais suspeitos do movimento em Rio das Cobras.

Todavia, não só os aparatos repressivos da ditadura militar estavam atrás das pessoas envolvidas nos casos de disputa de terra. Nas comunidades indígenas, e por onde esses agentes andavam, as ameaças eram constantes por parte de fazendeiros,

políticos e jagunços contratados. Clovis Antonio Brighenti (2012) destaca os atentados sofridos por Dom José Gomes no toldo Chimbanguê/RS, já nos anos 1980, quando quase foi morto em uma emboscada. São inúmeros os casos de violência contra os membros do órgão, Juracilda Veiga e Wilmar da Rocha D'Angelis também sofreram um atentado no Chimbanguê/RS e, por muito pouco, não foram mortos. Esse ataque, segundo Wilmar da Rocha D'Angelis, foi feito com o aval da polícia e insuflado pela FUNAI:

Não era só essa parte, tinha a parte da ditadura e tinha a parte dos inimigos dos índios locais [...] nós lá no Chimbanguê anos depois sofremos um atentado e esse atentado de certo modo foi respaldado pela polícia local e pela Funai, a gente sabe disso. O então delegado da Funai teve reunião com os colonos, com o chefe regional da delegacia de polícia, e liberou os cara, “ó, vocês façam, livrem-se desses caras aí, é um favor que vocês fazem pra gente”. E eles fizeram um atentado contra nós, enfim. Então era um momento, todo esse período da ditadura, a gente sabia que tudo que fazia tinha esse tipo de olhar. A gente tomava o cuidado possível. (D'ANGELIS, 2020).

Considerando o extermínio dos movimentos de resistência, a caça aos inimigos aplicada pela Ditadura Militar, assim como sua política de integração Nacional, o contexto gerava um ambiente de perigo contínuo a suas vidas. Padre Chico, ao final dos anos 1977, se afastou de Laranjeiras do Sul por conta das pressões e ameaças que vinha sofrendo. Nas cartas trocadas com a regional sul do CIMI, falava sobre o cenário de tensão em que vivia. Depois que as lideranças Guarani de Rio das Cobras se organizaram e denunciaram as invasões ao Delegado da FUNAI, padre Chico não tinha mais nenhum lugar que conseguisse se sentir seguro, qualquer descuido poderia custar sua vida, e em sua correspondência deixa explícito sua cautela e medo. A questão era tão séria que levou o padre a ficar de vigia atrás da porta da sua casa por três dias, como descreve em sua carta:

Logo que estourou a coisa, o Leonardo andou dizendo que eu pagaria caro por ter orientado os Guarani a irem a Curitiba falar com o delegado. Andou falando que viria em minha casa para pedir satisfação. Eu fiquei esperando por três dias, mas não apareceu. Aguardei com um porrete atrás da porta. Soube que um dos Marochi andou procurando descobrir quem tinha orientado os Índios. [...] (CIMI-Sul, 1978)

O então Chefe de Posto da FUNAI, Leonardo Aparecido Machado, acusados pelos Kaingang e Guarani de grilar e arrendar as suas terras, foi afastado pelo órgão, mas a situação só acirrou ainda mais o contexto regional. Padre Chico também teria sido perseguido e ameaçado de morte como foi noticiado no boletim do CIMI-Sul. Em 1978, “O padre Francisco Sozzi, da paróquia de Nova Laranjeiras, sempre defensor dos indígenas, foi tocado, depois de receber diversas ameaças de morte, e quase foi morto por jagunços” (CIMI-SUL, 1977, p. 18). Não havia estada segura para eles, suas ações e práticas eram vigiadas de tal forma que quase naturalizaram os cuidados contra a comunidade de informações e a repressão.

### **Considerações finais**

É importante sempre lembrar que os apoiadores tiveram seu papel em auxiliar, mas os povos indígenas estiveram sempre nas linhas de frente e sempre foram

protagonistas nas suas lutas e conquistas. A perseguição e as investigações que foram feitas pelo SNI, tinham, como objetivo desmembrar os movimentos rurais e as articulações pelas recuperações de terras. Como as demarcações eram consideradas empecilhos aos ideais do Estado, entendidas como áreas improdutivas, quaisquer que fossem as tentativas de auxiliar na resistência eram consideradas ações subversivas. Deste modo, uma vez que os missionários ligados ao CIMI-Sul estavam diretamente apoiando as bases de articulação e fortalecimento do Movimento Indígena, foram perseguidos e investigados a título de inimigos internos.

O contexto formado ao redor da contenda, em Rio das Cobras, no final dos anos 1970, foi vista pelos militares como um possível perigo à hegemonia e ao controle territorial. Sabendo das possibilidades de uma reação em cadeia, como de fato ocorreu, essa Terra Indígena se tornou um dos principais focos a serem contidos. A proibição de acesso em outras Terras Indígenas, por indivíduos de Rio das Cobras, assim como dos missionários do CIMI-Sul, demonstra a preocupação de que as ideias e informações se espalhassem para outras comunidades.

Lançar questionamentos e trazer à tona documentações como a do SNI possibilita enxergar algumas das ações indigenistas desenvolvidas em meio a gestão dos militares, principalmente no que diz respeito a luta pela posse territorial, questão que continua latente na política brasileira atual. A participação do CIMI-Sul, revela como conseguiram estabelecer um jogo de negociações e auxiliar nas bases de luta real. Entretanto, a luta ainda continua. Os povos indígenas ainda resistem ao roubo, à exploração de suas terras e lutam pela demarcação definitiva de seus territórios que estão em constantes ataques.

## Referências

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, 2010.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980. Florianópolis: UFSC, 2012. (Tese de Doutorado)

CIMI-SUL. *Carta de Pe. Francisco Sozzi para Wilmar da Rocha D'Angelis. 02 de janeiro de 1978*. Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

CIMI-SUL. *CIMI Denuncia violências e Espancamentos de Índios do Sul*. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. n° 2, p. 4. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CIMI-SUL. *Declaração do CIMI*. Goiânia, 25 de julho de 1976. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. n° 2. p-p. 32-33. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CIMI-SUL. *Em defesa dos Índios do Sul*. In: Informativo Luta Indígena. Março de 1976, ed. n° 1, p. 10. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CIMI-SUL. *Luta Indígena nº05 de abril de 1978*, pp. 12-19. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

CIMI-SUL. *O que aconteceu com Chefe de Posto Corrupto*. *Luta Indígena*, nº4, Dezembro de 1977. p.18. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

COELHO DOS SANTOS, Silvio. *Índios do Sul do Brasil*. In: Comissão Pró-Índio. *A questão da emancipação*, n. 1. Global Editora e Distribuidora LTDA. São Paulo-SP, 1979.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Entrevista [20 de maio de 2020]*. 1 arquivo mp3 (58:20 min.). Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo LABHIN/UFSC.

DOPS, Fundo do Departamento de Ordem Política e Social. *Fichas individuais*. Arquivo Público do Paraná.

FERREIRA DA SILVA. *Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja*. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.93.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Relatório do presidente da FUNAI Ismarth de Oliveira Araújo sobre os acontecimentos do Posto Indígena Rio das Cobras*. Brasília, 20 de março de 1978. Pasta: Incidente entre Possesiros e Índios em Rio das Cobras/PR Acervo do Arquivo Nacional-SIAN.

GOMES, Paulo César. *Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira*. 2013.

LOPES, Danielle Bastos. *O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2011.

SNI, Sistema Nacional de Informações. Agência Central. Informação nº 0205. *Incidente entre Possesiros e Índios em Rio das Cobras/PR*. p. 10. 07 de março de 1978. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. SIAN.

SNI, Sistema Nacional de Informações. Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior. *Atrito entre Índio e posseiros – Rio das Cobras/PR*. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. 13/03/1978, p. 8. Fotograma 015, Acervo do Arquivo Nacional. SIAN.

SNI-TELEX, Sistema Nacional de Informações. *Telex SNI a respeito da Situação da reserva Indígena de Rio das Cobras*. Cascavel-PR. In: Incidentes entre posseiros e índios em Rio das Cobras/PR. Acervo do Arquivo Nacional. SIAN.

SUESS, Paulo. *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989*. Petrópolis: Vozes, (Col. Teologia Orgânica. 21),1989.